

A Luta contra as Liberdades: Imprensa, reforma e exclusão social na Porto Alegre do início do Século XX.

*Anderson Zalewski Vargas**

Resumen:

O artigo analisa matérias selecionadas de *O Independente*, jornal que circulou em Porto Alegre, e no estado do Rio Grande do Sul, nas duas primeiras décadas do século XX. O objetivo principal é destacar uma característica reveladora do pensamento autoritário de seus “homens de jornal”: a luta contra as liberdades individuais. Desejosos de civilizar a cidade e o país, aqueles intelectuais propunham que o Estado não tivesse obstáculos em sua tarefa exclusiva de constituir a nação brasileira. O “tutor da sociedade” é que deveria ter liberdade de ação para, conforme o caso, educar, reprimir ou simplesmente excluir aqueles que eram vistos ora como “maioria necessitada” da população, ora como “escória” ameaçadora da saúde, da segurança e dos sonhos de um Brasil civilizado.

Abstract:

The paper analyzes articles from *The Independent*, a newspaper issued in the city of Porto Alegre and in state of Rio Grande do Sul, Brazil, in the first two decades of the twenty century. It aims at point out a revealing characteristic of the authoritarian thinking of their journalists: the struggle against the individuals freedoms. Aiming to civilize the city and the country, those intellectuals proposed that the State shouldn't have any obstruction on their exclusive task: the constitution of the brazilian nation. The “society's tutor” should have liberty of action to, in accordance to the situation, to educate, to repress or simply to exclude those that were seen as “the majority needy”, or as a threatening “scoria” of the healthy, the security and the dreams of a civilized Brazil.

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Brasil. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.

Há uma característica evidente nas páginas d'O Independente: a preocupação e o descontentamento com a moralidade da cidade e, particularmente, com a moralidade daqueles que eram julgados "inferiores".¹ Preocupação e descontentamento evidentes pelo número, caráter e constância das matérias sobre o tema nas páginas do jornal. Elas resultam de uma visão de mundo na qual a sociedade é concebida como um "sistema de costumes"² a moral, e não a economia ou a política, é a instância fundamental da realidade. A observação, análise e julgamento das condutas individuais constituem uma forma de perceber e interpretar a realidade comum a várias épocas. Ela é resultado de um "sociologia ingênua" que, desconhecendo ou minimizando as suas dimensões material e coletiva, explica-a pelos elementos mais conhecidos: o indivíduo e sua moral, quando não pela(s) divindade(s) ou a sorte.³ Essa forma de ver o mundo assumiu um significado particular no início do século XX.

Através da conquista militar, da exportação de capitais, ou da combinação de ambos, desenvolveu-se, a partir de meados do século XIX, um movimento internacional de constituição de sociedades produtoras de mercadorias.⁴ À medida que o capitalismo tornou-se um sistema mundial, e foi instituída uma divisão internacional do trabalho, surgiram ao redor do globo diversos

¹ Artigo baseado na pesquisa que resultou na dissertação de mestrado de minha autoria: "*Os subterrâneos de Porto Alegre. Imprensa, ideologia autoritária e reforma social. 1900-1919.*" 1992. Dissertação (Mestrado em História). Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A coleção mais completa d'O Independente encontra-se no Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. É uma coleção lacunar, abrangendo de 1900 a 1919.

² LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Editora da UNICAMP, Campinas, 1990, p. 489.

³ VEYNE, Paul. "Os gregos conheceram a democracia?" *Diógenes*, UnB, Brasília, 1984, no 6, p. 71-72. No ocidente, essa visão de mundo pode ser remontada à Antiguidade, como o mostra Veyne, e estendida ao século XX, quando a análise econômica conquistou um lugar de destaque nas Humanidades. Cf. LE GOFF, J.. *Op. cit.*, p. 408.

⁴ HARDMAN, Francis Fot. *Trem fantasma. A modernidade na selva*. Companhia das Letras, São Paulo, 1988. p. 16.

regimes modernizantes.⁵ Na América Latina, tais regimes realizaram reformas criando os mercados de terras e de trabalho assalariado e as condições fiscais e financeiras para o desenvolvimento de um setor exportador. Neste setor concentraram-se os investimentos nacionais e estrangeiros, redundando em maior aperfeiçoamento técnico e tecnológico e no aprofundamento das desigualdades regionais.

As transformações não foram apenas econômicas. Ocorreu também, com diferenças temporais e regionais, um "processo de homogeneização" de sociedades tradicionais conforme os padrões de pensar e viver da *civilização capitalista* em expansão.⁶ As pessoas deviam incorporar novos hábitos, novas formas de pensar, agir e trabalhar, adequadas às pretensões de parte da população de seus países - daqueles que tinham condições e interesse de perceber e interpretar as mudanças do mundo, bem como o desejo delas participar. Em várias sociedades como a brasileira, sob o impacto do avanço da *civilização*, surgiram elites modernizadoras que procuraram adequá-las àquela forma particular de existência. É nesse contexto que se enquadram as propostas de "moralização do povo" dos "homens de jornal"⁷ de O Independente.

O Brasil, desde meados do século passado, inseriu-se de forma periférica na nova ordem internacional, fornecendo matérias-primas e produtos primários ao mercado internacional. Os recursos provenientes deste setor exportador, especialmente da venda de café, cacau e borracha, juntamente com os empréstimos estrangeiros, principalmente ingleses, financiaram o aperfeiçoamento da infra-estrutura do país e o aumento das importações. Ao mesmo tempo, algumas cidades cresceram sob o impacto das exportações, do desenvolvimento do setor

⁵ HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios. 1875-1914*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988. p. 383-416.

⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. Brasiliense, São Paulo, 1989. p. 44.

⁷ Essa expressão, de Alcides Gonzaga, designa o caráter ocasional do exercício do "jornalismo" no início do século. Cf. GONZAGA, A. *Homens e coisas de jornal*. Globo, Porto Alegre, 19[?].

de serviços, do aumento da população. A expansão do trabalho livre, iniciada com a introdução de imigrantes no início do século XIX, culminou com a abolição da escravidão. Esses acontecimentos acentuaram no país a *ânsia de civilização*, a vontade de viver numa realidade radicalmente diferente.

Os diversos avanços materiais introduzidos no país ao longo do período, como as estradas de ferro, a navegação a vapor, o próprio aumento da circulação de mercadorias importadas, proporcionaram a experiência necessária para o surgimento do desejo de transformação. Esse sentimento foi acentuado entre uma minoria de pessoas ilustradas que entraram em contato com o progresso no país ou em suas viagens ao exterior. À experiência do progresso também correspondeu o contato com a ampla e diversificada produção cultural européia da época. Em especial, leituras particulares do *positivismo* de Auguste Comte, do *darwinismo*, das idéias de Herbert Spencer e de Gustave Le Bon constituíram visões diferenciadas da realidade. Tais concepções possuíam em comum a crença no poder de transformação das idéias e no papel dos intelectuais nesta transformação. Difusores das idéias que prometiam os novos tempos, os intelectuais passaram a se considerar condição indispensável para a modernização do país: *o engajamento tornou-se a condição ética do homem de letras*.⁸

Desde o final do século XIX, o ambiente intelectual do Rio Grande do Sul estava familiarizado com os modismos cientificistas europeus.⁹ Especial destaque deve ser dado ao *positivismo* devido à sua relação com o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Dominante durante toda a 1ª República (1889-1930), o PRR realizou uma apropriação particular das idéias de Comte, criando um modelo político autoritário original.¹⁰ Com suas variações ao longo do tempo, tal apropriação serviu para

⁸ SEVCENKO, N. *Op. cit.*, p. 79.

⁹ BOEIRA, Néilson. O Rio Grande de Auguste Comte. In: DACANAL, José H., GONZAGA, Sergius. *RS: cultura e ideologia*. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1980. p. 38.

¹⁰ É chamado genericamente de "positivismo castilhistas" devido à importância de Júlio de Castilhos (1860-1903), o principal líder do PRR, em sua formulação.

elaboração de uma ideologia que conferiu sentido à situação vivida e se difundiu de várias formas pela sociedade rio-grandense. Possibilitou igualmente a atuação de um Estado autoritário criado com base nos mesmos princípios positivistas.

O PRR assumiu o poder em meio ao processo de transformação da grande propriedade agrária e de organização de uma ordem burguesa-industrial.¹¹ Nessas mudanças, o Estado desempenharia importante papel. O PRR, no plano econômico, defendeu um modelo diversificado e integrado de desenvolvimento, onde os setores primário e secundário se inter-relacionassem. Mesmo não elaborando um projeto industrializante, o PRR teve entre as suas preocupações, o apoio ao desenvolvimento industrial.¹²

Em tal conjuntura, Porto Alegre apresentou um crescimento econômico acelerado que a tornou o centro econômico do estado. Ponto de escoamento dos produtos provenientes da zona de colonização alemã e italiana, nela se estabeleceram empresas comerciais que, posteriormente, aplicaram seu capital acumulado na criação e desenvolvimento de indústrias que se tornaram as maiores e mais importantes do Rio Grande do Sul. Do início do século até a 1ª Guerra Mundial, as empresas localizadas em Porto Alegre desenvolveram-se e acabaram por concentrar a maior parte da produção industrial do estado. Na segunda década deste século, a capital era o seu principal centro comercial e industrial.¹³

O desenvolvimento econômico da cidade foi acompanhado por um aumento populacional considerável.¹⁴ Uma de suas

¹¹ FAGUNDES, Lígia Keizer et ali. *Memória da indústria gaúcha (1889-1930)*. Editora da Universidade/UFRGS, Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre, 1987. p. 08.

¹² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Emergência dos subalternos. Trabalho livre e ordem burguesa*. Editora da Universidade/UFRGS, Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989, p. 12.

¹³ PESAVENTO S.. J.. *Os caminhos da indústria gaúcha: das origens a 1930*. Porto Alegre, 1989. (reprografado) e SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2a ed. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1977, Cap. 4.

¹⁴ Entre 1900 e 1910, a população da capital aumentou em 77%, passando de

conseqüências foi sido a concentração de um contingente de população de baixa renda na zona central de uma cidade de estrutura urbana inadequada, herdada do período colonial: os lotes, situados em grandes quadras, eram estreitos e profundos, não permitindo boas condições de iluminação e ventilação às residências. Nos primeiros dez anos do século, Porto Alegre permaneceu sendo uma cidade provinciana, sem os sinais característicos do “processo de homogeneização” que acompanhou a transformação do capitalismo em um sistema mundial. Enquanto no Rio de Janeiro, e em outras cidades do país, a *civilização* anunciou sua chegada transformando radicalmente a paisagem e a vida urbanas, na capital gaúcha os sinais de progresso parecem ter restringido-se ao intenso movimento das ruas e ao crescimento da população. O crescimento econômico e demográfico não foi acompanhado da renovação de seu plano urbanístico, de suas edificações e de sua infra-estrutura de serviços. A cidade cresceu concentrada em torno de uma exígua área central reproduzindo uma planificação urbana cujas deficiências eram agravadas pelas péssimas condições de habitabilidade das edificações, pelos limitados e precários serviços de água, luz, esgoto e transportes. A maioria da população, por exemplo, livrava-se das águas servidas de banheiros, cozinha, lavagens em geral, através de uma canaleta sob o assoalho que atravessava a casa e despejava o seu conteúdo nas sarjetas das vias públicas.¹⁵ Nestas condições, tuberculose, varíola e mesmo peste bubônica atingiam e levavam o pânico aos habitantes da cidade.¹⁶ Essa situação

73.674 para 130.227 habitantes. Nos dez anos seguintes, o aumento foi de 38%, tendo a população porto-alegrense alcançado a quantia de 179.263 pessoas. Cf. SINGER, Paul. *Op. cit.*, p. 180.

¹⁵ COARACY, Vivaldo. *Encontros com a vida*. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1962. p. 7.

¹⁶ Através da pesquisa que realizei sobre as epidemias de peste bubônica e varíola, pude constatar que o fato de serem doenças com tratamento conhecido na época não impediu que elas rompessem com o cotidiano da cidade e de seus habitantes. O medo que inspiraram, e as medidas tomadas pelas autoridades higiênicas para combatê-las, transtornaram a capital gaúcha. Cf. VARGAS, A. Z.. *Porto Alegre – 1900-1905. Epidemias:*

exacerbava as frustrações que eram expostas nas páginas de jornais como O Independente:

De algum tempo a esta parte tem-se notado no Brasil que se acentua a feliz febre dos melhoramentos e embelezamentos das capitais, modernização das cidades (...). E não queremos citar a Capital Federal onde o Dr. Passos representa o papel de Haussman em Paris; no começo do segundo império, transformando-a de tal forma que há pouco dizia um viajante francês de regresso a sua pátria que dentro em breves anos seria o Rio de Janeiro a mais linda cidade de América do Sul, superando indiscutivelmente nossa orgulhosa vizinha do Prata.

Diante de todos esses empreendimentos sucede que muitas vezes a nós mesmos nos perguntamos: quando chegará a ocasião de Porto Alegre? ”¹⁷

À meio caminho entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, alguns porto-alegrenses se sentiam alijados da “feliz febre de melhoramentos” que transformava as cidades do país e do continente. A impaciência e o desgosto dos articulistas do jornal eram acentuados pelo fato de que a zona central da cidade apresentava uma série de ruas e becos habitados por pessoas pobres ou de condição modesta. No centro de Porto Alegre, e nas suas cercanias, o “escol social” morava e convivía, em seus momentos de trabalho e de lazer, com as demais categorias de porto-alegrenses, incluindo os “segmentos desclassificados”. Graças à matérias de jornais como O Independente, os becos e determinadas ruas ficaram conhecidas como sendo espaço de transgressão: de crime, prostituição e vagabundagem. Contudo, pesquisa realizada com fontes policiais demonstrou que nessas áreas habitavam também pequenos comerciantes, professoras, policiais, um contingente de população de condição social modesta, mas não necessariamente criminosos ou mesmo transgressora.¹⁸ No contexto de intolerância social do início do

conseqüências e implicações. Porto Alegre, 1990. 53 f. Monografia (Disciplina de História do Rio Grande do Sul IV) – Curso de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS.

¹⁷ O Independente, 29/10/1905. Todos os destaques do texto são de minha autoria.

¹⁸ VARGAS, A. Z. *Os subterrâneos de Porto Alegre. Imprensa e reforma*

século, contudo, essa coexistência era insuportável para aqueles que sonhavam com uma cidade civilizada.

Lentamente, na passagem para os anos 20, a cidade começou a transformar-se mais rápida e significativamente. Graças a algumas melhorias promovidas pelo Poder Público, e à renovação da edificação particular, algumas ruas e espaços centrais adquiriram feições modernas adequadas aos novos hábitos das elites da capital: o *footing* da rua da Praia (a via central da cidade), os cinematógrafos e, posteriormente, os cinemas, os cafés, etc. Entretanto, persistiram o plano urbanístico com suas grandes deficiências, as precariedades da infraestrutura de serviços, a “mescla democrática” de todas as categorias de porto-alegrenses. Esta estrutura urbana e seus habitantes passaram a ser alvo de diferentes estratégias de poder e controle que procuravam moldar a realidade de acordo com uma nova realidade imaginada.

Alguns periódicos da época foram não só meio de expressão de pensamentos modernizadores como também uma forma de pressão para que os mesmos se concretizassem. O *Independente* foi um jornal secundário em seu tempo, quando o panorama jornalístico era dominado pelo *Correio do Povo* e por *A Federação*, porta-voz do PRR. Seu proprietário, Otaviano Manoel de Oliveira, fora também diretor-proprietário de *A Gazetinha* (1891-1899)¹⁹ e seu segundo jornal sobreviveu por mais de vinte anos, atingiu o interior do estado e teve considerável sucesso. Isso ocorreu especialmente depois de seu alinhamento com o poder estadual, a partir de 1907.²⁰ Ao longo de todo esse tempo foi canal de expressão da ideologia

social (1900-1910). Porto Alegre. 1989, Monografia (Disciplina A formação do mercado de trabalho livre do Rio Grande do Sul) – Curso de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS.

¹⁹ A respeito de *A Gazetinha*: MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Porto Alegre, 1992. Dissertação (Mestrado em História). Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

²⁰ As informações quanto à tiragem de *O Independente* são limitadas. Em 2 de dezembro de 1909, o próprio jornal informava ter atingido o número de

de diversos intelectuais. Alguns conhecidos –o futuro presidente Getúlio Vargas teria escrito no jornal–,²¹ outros foram homens comuns, “dos seus dias”.²² A maioria conciliou suas atividades profissionais de funcionários públicos, militares, políticos, com a carreira alternativa de “homens de jornal”. Através de *O Independente*, portanto, podemos conhecer o pensamento de uma parcela da intelectualidade gaúcha em geral desconhecida, que se distinguiu pela radicalidade de suas proposições autoritárias.

Positivismo, darwinismo social, spencerismo e evolucionismo foram alguns dos elementos formadores do pensamento autoritário dominante entre os intelectuais brasileiros a partir dos anos 20. Analisando obras de *Oliveira Vianna*, *Alberto Torres*, *Francisco Campos* e outros, Bolívar Lamounier determinou, naquele período, uma inflexão na vida intelectual brasileira, marco do surgimento de uma ideologia de grande importância na preparação intelectual da Revolução de 30, nas transformações institucionais subseqüentes, e na persistência de concepções como a do “Leviatã Benevolente” na nossa cultura política.²³ A partir de leituras seletivas de correntes antiliberais européias, os chamados “críticos autoritários da 1ª República” elaboraram uma nova visão de mundo político. Segundo essa visão, a concepção de uma sociedade baseada na livre organização de interesses era negada em favor da exaltação deliberada do controle coercitivo exercido por um poder burocrático.

4.000 exemplares, numa época em que era vendido apenas para assinantes. A outra informação diz respeito ao número de exemplares avulsos vendidos em 4 de dezembro de 1911: 2.000 jornais.

²¹ Cf. *O Independente*, 24/1/1909. Apesar da referência do jornal, não foi encontrado nenhum texto assinado por Getúlio Vargas.

²² “Homem comum, dos seus dias, está esquecido.” Esse foi o veredito das memórias de Vivaldo Coaracy, que trabalhou no *O Independente* por alguns anos, sobre o próprio Otaviano Manoel de Oliveira. Cf. COARACY, V. *Op. cit.*, p. 21.

²³ LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Bóris (dir.). *O Brasil republicano*. 2 ed. DIFEL, Rio de Janeiro, São Paulo, 1978. Tomo III. Vol. 2, p. 345-377.

Alguns pontos do positivismo castilhisto anteciparam o pensamento dos “críticos autoritários”: o questionamento do individualismo, a concepção cientificista do poder, a superioridade do bem comum sobre os interesses particulares.²⁴ Não surpreende que a análise das representações expressas nas páginas d’*O Independente* revele uma forma autoritária de perceber a realidade. O que se destaca nas suas propostas de *civilização* é o caráter de controle e exclusão social das mesmas. A identificação, na sociedade da capital gaúcha, do patológico e a defesa de sua redução à ordem, foi um dos papéis desempenhados pelo jornal *O Independente* em suas matérias e campanhas contra certas áreas de Porto Alegre. A heterogeneidade social da capital gaúcha foi reduzida às figuras da “prostituta”, do “vagabundo” e do “menor delinqüente”. Mais que a produção de um indivíduo economicamente útil à sociedade capitalista, visava-se controlar os que eram concebidos como um obstáculo à *civilização*. O controle variava da regeneração pela educação à segregação para os arredores da cidade ou expulsão para unidades distantes da federação, dependendo de como era concebida aquela parte da população. Porque a principal motivação de tais propostas foi o temor e o preconceito frente aos que constituíram a maioria dos habitantes de Porto Alegre, concebidos como ameaça insustentável de desintegração moral e material de uma sociedade que aspirava transformar-se.

Para a efetivação dos sonhos de modernização autoritária foi preciso enfrentar o tema das liberdades individuais. Ao longo dos anos, os redatores e articulistas do jornal investiram contra as liberdades que obstaculizavam a consecução de suas propostas de reforma e modernização. Ao Estado cabia deter o processo de corrupção da realidade pela constituição da nação e pelo controle dos “inferiores”. Para a concretização dessa tarefa não deveria haver obstáculos como as liberdades e direitos individuais, seja no combate à prostituição, seja no combate ao crime e à “degenerescência moral”. É o que será visto na análise

²⁴ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Ática, São Paulo, 1990, p. 61.

de algumas matérias selecionadas, que permitem também conhecer o manancial de idéias que sustentava as interpretações e propostas expostas no periódico.

A luta contra as liberdades corruptoras e degenerativas

O artigo “Prostituição - Caftismo” era aberto com a seguinte citação: “A ausência de *restrição à liberdade* de prostituição atenta contra todas as leis fundamentais de toda a sociedade civilizada.” Logo a seguir afirmava

“A vida social exige da parte dos que a compõem certas restrições de seus desejos e caprichos, certos sacrifícios de sua liberdade, cuja extensão o pacto social determina.

[E se a lei inglesa punia as tentativas de assassinato e suicídio por serem consideradas uma deserção da coletividade]

“... com mais forte razão deveria limitar o direito de imoralisar outrem pelo exemplo, pela sedução ao deboche e de infeccioná-lo com uma doença.”²⁵

O importante nessa matéria é o embate contra o que parecia obstaculizar a ação repressora pretendida pelo jornal: a liberdade do indivíduo. Como será visto, ele compõe um luta geral contra as restrições que a prática e o direito da época colocavam à intervenção estatal. Além disso, a figura da “prostituta”, tal como descrita nas páginas d’*O Independente*, compôs o quadro geral do “perigo social”, a abrangente “ameaça” que justificava a proposição de medidas radicais.

Em toda a pesquisa, foi a única referência encontrada à idéia de que a vida em sociedade repousava sobre um pacto social. É uma referência reveladora. A idéia da origem contratualista do Estado pertence à teoria do direito natural. Ela remonta à Antigüidade Clássica, mas foi revivida e teve grande desenvolvimento e difusão na Europa dos séculos XVII e XVIII.²⁶ Em países como a Inglaterra, através das obras de

²⁵ *O Independente*, 9/6/1904.

²⁶ BOBBIO, Norberto e BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. Brasiliense, São Paulo, 1986.

Thomas Hobbes e John Locke, acreditou-se que era possível “descobrir leis universais da conduta para além da história, remontando-se à natureza do homem abstraída das condições que determinam as leis imutáveis de povo para povo.”²⁷

O recurso à idéia de natureza, ao nexo natureza-sociedade, teve razões históricas específicas: “Historicamente, o direito natural é uma tentativa de dar uma resposta tranqüilizadora às conseqüências corrosivas que os libertinos tinham retirado da crise do universalismo religioso. Não há autor da escola que não tome posição diante do pirronismo em moral, do que hoje chamaríamos de relativismo ético.”²⁸

O recurso à idéia de natureza pelo jusnaturalismo foi uma reação ao questionamento da moral cristã universal, fundamento da sociedade européia. Em Porto Alegre, no início do século XX, quando a realidade fazia ameaça semelhante, recorreu-se, n’O Independente, ao jusnaturalismo. Assim foi possível afirmar, com a objetividade conferida pela idéia de natureza, a normalidade de certa moral e o direito de reprimir o que dela discordasse.

Uma semana depois, o jornal voltou ao assunto afirmando que “restringir”, “reprimir”, “regulamentar” a prostituição, não era um atentado aos direitos da mulher. E para tanto, evocou a autoridade de Parent-Duchatelet, médico francês que defendia a regulamentação da prostituição pública.²⁹

“A esta objeção responderemos com Parent-Duchatelet: ‘As prostitutas têm o sentimento de sua abjeção, sabem que estão em oposição com as prescrições divinas e humanas, e que, em virtude de sua triste profissão, acham-se impossibilitadas de reclamar direitos de que se tornaram indignas.’”³⁰

Desta feita, as meretrizes não violavam apenas determinações humanas, mas também as divinas, tornando-se de tal forma “in-

²⁷ Ibid., p. 31.

²⁸ Ibid., p. 17.

²⁹ ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. Brasiliense, São Paulo, 1989, p. 54.

³⁰ O Independente, 16/6/1904.

dignas” que não mais faziam juz à proteção legal. E, na seqüência, a folha subordinou a liberdade, o direito individual, à obediência às leis inscritas na consciência da Humanidade:

“Frank diz que o direito só subsiste pelo dever, e que o fim da liberdade é o cumprimento das ordens impostas pela consciência, ou seja, a obediência à lei do dever, que faz do homem um objeto de respeito para seus semelhantes. Portanto, só na correlação do dever e do direito é que devemos buscar a grandeza sublime da alma humana. Nestas condições, o direito desaparece para quem viola as leis gravadas no foro íntimo, na consciência da Humanidade! e o respeito absoluto da liberdade nos atos contrários à moral pública, é um abuso, um desvio da liberdade.”³¹

Os direitos existiam apenas para os cumpridores do dever de obedecer às normas naturais e universais de comportamento. As prostitutas violavam as “mais comezinhas leis fundamentais da natureza e da sociedade” e, em conseqüência disso, não podiam invocar “a liberdade que a sociedade garantia apenas aos que cumpriam com os seus estatutos.”³²

Em outra matéria a respeito do assunto seria lembrado o último dos “Perigos resultantes da liberdade”.

“A ausência de medidas repressivas da prostituição, fatalmente a conduzirá a uma aliança cada vez mais estreita com o roubo (...) Não só com o roubo, mas também com o assassinato, segundo se depreende da afirmativa, até, hoje incontestada do Dr. Ryan. Como se vê, o mal não pode ser maior; se é enorme sob o ponto de vista da segurança e da moralidade, não é o menos sob o ponto de vista da saúde pública.”³³

O jornal atribuía finalmente à prostituição uma série de ameaças: à moralidade, à saúde e à segurança públicas. O alvo era aparentemente um objeto definido e identificável, a prostituta. No entanto, para quem partilhava de uma visão

³¹ Id..

³² Id..

³³ O Independente, 19/6/1904.

excludente e intolerante do que deveria ser a sociedade, qualquer comportamento feminino contrário às suas subjetivas “leis da consciência” podia ser considerado como prostituição. É de suma importância a referência ao crime, pois com ela a prostituição é relacionada a outra “ameaça” periodicamente mencionada pelo jornal, e cujo enfrentamento deveria ser ainda mais severo que o da prostituição.

No ano seguinte, em uma “Crônica” assinada por Cláudio Mário, recorrer-se-ia à autoridade do médico italiano Cesare Lombroso para firmar que os crimes comuns eram “explosões de bestialidade humana irrompendo através da tênue crosta de civilização com que a sociedade envernizou o indivíduo”.³⁴ Esta “Crônica” revela que o moralismo d’O Independente também partilhava de uma desconfiança quanto ao ser humano em geral. O crime podia ser visto como elemento revelador da “besta humana” que existiria em qualquer um, precariamente controlada por um “verniz” de civilização.

O mais importante, todavia, é a referência à Cesare Lombroso, o criador da antropologia criminal.³⁵ A observação da criminalidade, da pobreza e das doenças do sul italiano, o motivaram a lançar-se à tarefa de reformar a sociedade. Seu objetivo era fazer uma medicina social, mas o resultado prático foram normas de controle social corporificadas na nova disciplina por ele criada.

Na busca da explicação para o crime, Lombroso determinou causas somáticas, sociais e políticas. Porém, fiel ao clima intelectual da época, encontrou na biologia as suas causas primordiais. Mesmo distinguindo diversos tipos de criminosos (nato, casual, louco, passional, habitual), concluiu que a maior parte dos delitos eram causados por indivíduos biologicamente tendentes ao crime. Em “O homem delinqüente” (1876) Lombroso afirmou “los criminosos no delincuen por un elo consciente y libre de voluntad perversa, sino porque tienen tenden-

³⁴ O Independente, 13/5/1906.

³⁵ PESET, José Luis. *Ciência y marginación. Sobre negros, loco y criminais*. Grijalbo, Barcelona, 1983, p. 150-221.

cias perversas, tendencias cuyo origen está en una organización física y psíquica diferente a la normal.”³⁶ Desta premissa a escola positiva de direito penal, a escola de Lombroso, deduziu que o direito da sociedade castigar o criminoso não se baseava na responsabilidade ou maldade do delinqüente, mas no fato dele constituir um perigo para a sociedade.³⁷

Para eliminação desse perigo, Cesare Lombroso prescreveu meios de prevenção (como a educação de menores), de controle (através de métodos científicos de identificação e vigilância) e de repressão. Os últimos envolviam penas crematísticas, o internamento de criminosos loucos em manicômios e a aplicação da pena de morte para os criminosos natos. Estes últimos também poderiam ser internados em colônias agrícolas onde obtivessem o valor de seu trabalho e tivessem sua ação nociva bloqueada.

As influências do pensamento lombrosiano alcançaram diversas disciplinas e disseminaram-se pelo globo, como prova a matéria d’O Independente. A obra daquele médico italiano também foi a base para a elaboração do código penal da Itália de Mussolini. Na Itália fascista, como em outros regimes centralizados e hierárquicos, deu-se a união entre uma organização política autoritária e um conhecimento preocupado com o controle do indivíduo através da normatização das condutas.

A presença de Lombroso nas páginas d’O Independente é, portanto, sintomática: revela o caráter das idéias buscadas pelos seus intelectuais para compreender e controlar uma realidade que lhes parecia ameaçadora.

A redução da diversidade social às figuras simbólicas do “vagabundo” e da “prostituta”, facilitava ao jornal justificar suas propostas de exclusão dos indivíduos cuja aparência e comportamento eram perturbadores. Em “Duplo melhoramento” o jornal defendeu o alargamento do Beco do Poço, localizado

³⁶ Citado por REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. *História del pensamiento filosofico y científico. Del romanticismo hasta hoy*. Herder, Barcelona, 1980, p. 305.

³⁷ Id..

na área central da cidade, com a intenção de promover uma “reforma urbana e moral”.

*“Tal melhoramento, além das vantagens resultantes do aformoseamento e valorização da rua, trará as da **higiene**. Essa rua, **no centro da cidade**, rodeada de outras de principal importância **moral e material**, é de longas eras o centro das bodegas reles, dos distúrbios, da devassidão e da imundície. As patrulhas dobradas, que ali mantém permanentemente a polícia administrativa, não podem impedir que os transeuntes daquela rua, principalmente à noite, ouçam obscenidades e linguagem desbragada com que se mimoseam os habitués do beco.”³⁸*

O urbanismo, canalizando os fluxos e especializando os espaços, era uma estratégia de disciplinar a sociedade, de reduzi-la a uma determinada imagem idealizada. Foi uma estratégia relembrada todos os anos pelo jornal, sempre mencionando as vantagens materiais, incluindo as higiênicas, e **morais** de um reforma urbana que “purgasse” o centro da cidade dos becos e de seus habitantes.

O projeto de *civilização*, no entanto, poderia ser realizado por outros meios. Um deles era a educação daqueles que se tornariam “criminosos”, “vagabundos” ou “prostitutas”, caso fossem deixados entregues a si mesmos, em seus meios “viciados e espúrios”. Em uma série de artigos intitulados “Instrução Pública” travou-se uma polêmica nas páginas do jornal sobre o direito do Estado instituir a obrigatoriedade do ensino fundamental. A polêmica conduziu à discussão sobre o próprio papel do Estado e, nesta discussão, reafirmou-se a preeminência concedida àquela instituição na formação da nacionalidade.

No segundo artigo da série, não assinado, o seu autor respondeu à crítica de que a proposição de obrigatoriedade do ensino violava a liberdade do indivíduo, indício de existia um debate na sociedade sobre as relações entre o direito de intervenção do Estado e as liberdades individuais.

³⁸ O Independente, 28/9/1905.

*“Se o Estado é o **tutor do povo**, tem implícito direito de zelar pelo progresso deste último, sob todos os aspectos; e não somente vemos aí um apoio em favor da instrução obrigatória, mas também no fato de que à administração pública compete, não só velar pelos interesses pátrios na hora presente, mas também preparar o porvir pelo cultivo de cidadãos aptos a compreender e interpretar livremente os seus deveres cívicos, o que só pode conseguir pela educação e instrução do povo (...) pois os cidadãos não compreendem a necessidade de fazer instruir os seus filhos, necessário se faz que intervenha o Estado, coagindo-os a isso, obrigando-os a tornar esses filhos capazes de amanhã serem cidadãos, em uma pátria onde sábia legislação nega aos analfabetos o direito político.”³⁹*

O problema não é o ensino obrigatório, uma realidade em nossos dias, mas as noções de “povo” e de Estado reveladas nesse artigo. Obviamente, seu redator não se incluía na categoria “povo”: o conjunto dos miseráveis, sem educação intelectual e, portanto, incapazes de compreender seus “deveres”. O “povo” era uma espécie de criança, ignorante e imaturo, sujeito à autoridade de seu “tutor”: o Estado. Este era capaz de saber o que era preciso ser feito para a transformação dos brasileiros em uma coletividade de cidadãos plenos. Para tanto, era permitido interferir em “grupos naturais” como a família, pois para o articulista “acima de todos os interesses privados” estava “o interesse do Estado, e não só do Estado de hoje como o do Estado de amanhã (...)”.⁴⁰

Um mês depois, outro artigo, de Fúlvio de Paula, voltaria a defender a necessidade de ensino obrigatório para crianças de até 4 anos de idade. A preocupação não era formar o cidadão, mas combater o crime que lavrava entre os “pobres de espírito”, visto que bastava: “confabular sobre o mais trivial assunto com pessoas oriundas desse núcleo de desprovidos de educação intelectual para ficarmos plenamente convencidos de que entre eles predomina o delito máximo, o assassinato.”⁴¹

³⁹ O Independente, 22/10/1905.

⁴⁰ Id..

⁴¹ O Independente, 23/11/1905.

Em sua argumentação, Fúlvio de Paula recorre à autoridade de fisiologistas e médicos para comprovar a sua tese: "Entre estes teóricos modernos podemos mencionar **R. Garofalo**, o qual em judiciosos conceitos pensa que a melhor maneira de não aumentar as estatísticas criminais é inculcar no ânimo do agente seus recíprocos deveres, ensinando-os a educação intelectual."⁴²

A referência a R. Garofalo é importante para comprovar, mais uma vez, o universo de idéias às quais os intelectuais d'O Independente recorriam para pensar o problema representado pelos "desprovidos de educação intelectual". Alto magistrado italiano, Garofalo foi o responsável pela transformação da doutrina de Lombroso em linguagem jurídica.⁴³ Partilhava com este último, com Spencer e com a teoria positivista em geral, a idéia de uma moral relativa garante da repressão.⁴⁴ Mas sua proposta era mais dura que a de Lombroso, pois não aceitava a miséria como justificativa do crime e se opunha à educação dos delinquentes: privilegiava a aplicação de penas máximas para castigo dos criminosos.⁴⁵

Através de Garofalo, a união entre a ciência e o direito deu-se da forma mais dura possível, marcando o fim do liberalismo ilustrado que defendia o castigo de um indivíduo apenas depois da realização do delito e da comprovação da culpabilidade do acusado. O critério de defesa social, transposto da criminologia para o direito, provocou o endurecimento da prevenção e da repressão e o ataque a muitos direitos liberais. A prevenção rompeu com o respeito às pessoas que passaram a ficar à mercê dos poderes públicos.⁴⁶

O sentido geral da argumentação das matérias d'O Independente aproximar-se-ia cada vez mais deste desiderato. Afinal, "prostitutas" e "vagabundos", habitantes e frequentadores de espaços atentatórios à segurança, à higiene e à moral, já haviam sido definidos como "inferiores" e inimigos

⁴² Id..

⁴³ PESET, J. L. *Op. cit.*, p. 178.

⁴⁴ Id..

⁴⁵ Id..

⁴⁶ *Ibid.*, p. 175.

da *civilização* da cidade. Eram seres que não cumpriam com suas obrigações, como a de obedecer às "leis naturais" que governavam o comportamento humano. Consequentemente, perdiam o direito de reivindicar alguma proteção frente à ação corretiva do Estado.

O Estado comandava plenamente a concepção de política e de nação da ideologia dos intelectuais do jornal. Fosse pela repressão, pela educação, pela exclusão, a nação seria constituída pelo Estado dirigido por uma elite previdente.

No final de 1907, o Coronel Lúcio Cidade, sob o pseudônimo de Aldebaran, fez a sua estréia nas páginas d'O Independente com uma exaltação ao presidente do estado recém-eleito, Carlos Barbosa.⁴⁷

*"Emergido do povo, respeitador de todas as crenças religiosas e políticas, sem paixões, sem ódios, vivendo às claras, consagrado inteiramente a viver para os outros, sua excelência é um democrata sem ser um agitador das camadas inferiores da sociedade, que, para serem contidas, precisam ser dominadas sem que lhes negue a liberdade, que é o supremo bem. Entende a democracia como ela deve ser compreendida no Brasil, meio social em transição: atender a todos, considerar a todos como úteis à sociedade, sem que os que não tem o necessário preparo, possam penetrar na direção política de um povo. E dessa qualidade de democrata bem orientado, porque das camadas bem preparadas v. ex. saberá tirar os auxiliares, resultou a escolha que o emérito chefe do partido, o Sr. dr. Borges de Medeiros, fez de seu acatado nome."*⁴⁸

Carlos Barbosa era um ser superior: respeitava "todas" as crenças, religiosas e políticas; vivia "às claras", sem temer inquirição a qualquer aspecto de sua vida privada e pública. Ele desfrutava de uma moral ilibada, garantia do seu comportamento responsável e um dos elementos a justificar sua proeminência sobre os "inferiores". Altruísta, dedicar-se-ia àqueles que negava a capacidade e o direito de participar da "direção política". Se

⁴⁷ Carlos Barbosa governou o estado de 1908 a 1913.

⁴⁸ O Independente, 10/11/1907.

tinha uma “origem popular”, Carlos Barbosa sabia, tal como seu antecessor Borges de Medeiros, que o “povo” era perigoso se “agitado”. Era preciso dominá-lo e, ao mesmo tempo, preservar a sua liberdade! Esta não incluía a autonomia porque as “camadas inferiores” eram incapazes de conhecer o curso evolutivo da sociedade. O Brasil ainda era um “meio social em transição”, e, nestas condições, a autoridade da elite esclarecida era inquestionável: ela era a única capaz de conduzir a sociedade à terra prometida da ordem positiva.

Ordem envolvia dominação e exclusão. Em 13/3/1910 foi sugerido ao Chefe de Polícia, com o propósito de “sanear” a capital e acabar com as desordens, o envio dos “vagabundos” ao Mato Grosso. Uma semana depois, foi apresentada a mesma idéia: “Vagabundos e meretrizes estão pedindo um freio: o Acre está despovoado; ali faltam mulheres; meretrizes descaradas para lá onde talvez se corrijam. Mato Grosso precisa de homens; vagabundos exportados.”⁴⁹

Meses depois, em “A vadiagem”, O Independente iniciou sua primeira campanha sistemática contra os “inferiores”. Como das outras vezes, o comportamento destes foi associado à desordens ameaçadoras da ordem social e do futuro da coletividade.

*“O Independente entra hoje a chamar a atenção das solícitas autoridades públicas sobre um fato, que não pode continuar, que é preciso aparecer, sob pena de, em breve, corporificar-se num grave perigo para a ordem social e sobretudo, para o futuro da nossa raça. Trata-se da vagabundagem e da conseqüente libidinagem, que por aí correm, sem freios, à desfilada, em todos os becos de Porto Alegre.”*⁵⁰

⁴⁹ O Independente, 20/3/1910. No início do século XX, o Acre, estado brasileiro na fronteira com a Bolívia, e o Mato Grosso, na fronteira com Bolívia e Paraguai, além de despovoados eram distantes o suficiente para garantir a segurança da sociedade porto-alegrense.

⁵⁰ O Independente, 25/9/1910.

Na seqüência da argumentação, evidencia-se a concepção negativa da natureza humana caracterizadora da visão de mundo expressa no periódico. Evidencia-se o temor sentido em relação à ação livre do ser humano.

*“Para uma completa vitória social dum povo, dum agremiação de homens irmanados pelos interesses e pelas mesmas leis, a condição primeira é que uma forte coesão de costumes ou de imposições legais que mantenham uma certa diretriz sobre os atos e as tendências ruinosas de seus membros, sem o que o aniquilamento e a prostração moral são inevitáveis.”*⁵¹

Ou seja, o homem, entregue à sua liberdade de ação e pensamento, tendia inevitavelmente à corrupção. Sem a “coesão dos costumes” e sem as “imposições legais”, as tendências naturais e espontâneas do indivíduo condenavam-no ao “aniquilamento e à prostração moral.” E, obedecendo à teoria que unia indissolúvelmente luxo e decadência e à idéia de que civilização era sinônimo de degradação moral, afirmava: “Ora, todos sabem que os laços, tão poderosos primitivamente, do costume tendem gradativamente a relaxarem de tal forma que a tendência do século XX é toda de sublevação contra os austeros princípios da sã moral.”⁵²

A concepção do momento vivido em termos de decadência e degradação adquire seu sentido a partir de um referencial específico: a época primitiva, uma Idade de Ouro localizada no passado, quando a realidade coincidia com a sua natureza, quando os costumes não haviam ainda sido degradados pela civilização. Esta, portanto, podia ser o conjunto de costumes que controlavam a “besta” que todo homem tinha dentro de si, podia ser também a desejada modernização que transformava as cidades, ou ainda o progresso gerador de corrupção e decadência.

Frente à decadência evidente da realidade a quem se dirigir? Não havia dúvida: ao Estado, pois este era o “cérbero da moral pública”.⁵³ Nesse momento, para controlar a degradação

⁵¹ Id..

⁵² Id..

⁵³ Id..

promovida pela “monstruosidade popular”, o complacente “tutor do povo” se transformava no mitológico cão monstruoso guardião do império dos mortos. O Estado devia garantir, ferozmente, a manutenção da moralidade pública, pois esta era o esteio da sociedade. E, se os homens se corrompiam, se “os sedimentos inferiores da massa social” se degeneravam, qual deveria ser a atitude do Estado?

A atitude esperada exigia a violação das liberdades individuais e, por esta razão, o jornal fez um “pequeno parêntese, para uma consideração indispensável.”

“A liberdade tem sido muito turiferada (...) Mas o que se não deve obscurecer é que a liberdade, como todas as coisas, tem as suas restrições e suas fronteiras. Cultuada em excesso, fora da razão e da medida por ela imposta, só pode nos oferecer duas contraproduções: no domínio das idéias, o fanatismo e no dos atos, a anarquia. E tanto uma como outra, estamos certos disso, não se coadunam com os princípios superiores da Razão, e se incompatibilizam com a conduta de um governo reto e judicioso.”⁵⁴

Erguendo-se contra os panegíricos da liberdade, o jornal invocava “os princípios superiores da Razão” e a noção do “governo reto e judicioso” para forçar e legitimar uma ação do Estado. Que ação seria essa? Pela preocupação em justificá-la, ela provavelmente feriria os direitos individuais do cidadão. Afinal, era preciso que o exercício da liberdade individual voltasse aos limites em que não ameaçasse a ordem. Esta, e não a liberdade, era o princípio constituidor da sociedade. Para a manutenção da ordem, a Razão d’O Independente justificava e legitimava a ação estatal que não poderia ser obstada por escrúpulos, como o respeito às liberdades do indivíduo.

*“o governo deve intervir, não discutimos de que forma, no sentido de tolher a corrupção, uma vez que esta apresenta sintomas indicativos de um perigo social.
(...)”*

⁵⁴ Id..

O governo não deve, nem pode cruzar os braços ante o espetáculo desolador duma multidão de seres, abismando-se no lodaçal, e inoculando no organismo total da comunhão, os germens da decadência. É preciso deter a corrupção.”⁵⁵

Transparece a virtualidade do recurso à violência, característica de todo pensamento orgânico. Como escreveu Hanna Arendt, as metáforas orgânicas, a noção de “sociedade enferma” e a classificação de certos fatos como sintomas de enfermidade uma sociedade podem promover, no final das contas, a violência.⁵⁶ Os jornalistas d’O Independente não perguntavam quais eram os meios a serem utilizados pelo Estado para deter a corrupção. O desejado era um tratamento enérgico, eficaz, cirúrgico. Caso contrário, a decadência era inevitável. A imagem desta hecatombe é “clássica”:

*“O que urge é dismantelar a corrupção, o vício e a degenerescência; porque doutra forma, a nossa sociedade encaminhar-se para o despudor, a desonra e o esgotamento moral, que são as causas inevitáveis do fracasso dum povo e duma nação (...) Assim morreu Roma, assim morrem todas as nações, que não tem a inteligência e a sabedoria de estrangular o vício em seu leito de nascença.
Insistiremos no assunto.”⁵⁷*

O jornal retornou ao assunto no número seguinte quando prosseguiu em sua “campanha aberta contra a vadiagem” que, segundo ele, se alastrava pela cidade de uma forma ameaçadora.⁵⁸ O alvo foi novamente precisado e a meta apresentada foi a sua destruição.

“Hoje queremos analisar algumas vielas da nossa capital (...) O vício deve ser combatido e o melhor meio de dar batalha aos miasmas é destruir seus meios de fecundação e propagação. Portanto, urge pôr um ponto final ou, ao menos, um ponto de

⁵⁵ Id..

⁵⁶ ARENDT, H. *Da violência*. Editora da UnB, Brasília, 1985. p. 42.

⁵⁷ O Independente, 25/9/1910.

⁵⁸ O Independente, 2/10/1910.

suspensão na lamentável florescência de certos becos de Porto Alegre, como o do Poço, o do Fanha, João Coelho e outros. Estes lugares constituem verdadeiros subterrâneos onde a moral - a sanidade, a decência, a higiene são causas desconhecidas, fora da compreensão dos seus freqüentadores, gente da pior espécie de Porto Alegre."⁵⁹

Os subterrâneos foram uma metáfora, um símbolo para levar à ação que adquire seu poder através da capacidade de apreender, formular e comunicar realidades sociais esquivas à linguagem temperada da ciência.⁶⁰ Com a metáfora dos subterrâneos, O Independente procurou gerar e/ou instrumentalizar medos e preconceitos do leitor imaginado. O "problema social" foi transformado em um problema moral e de higiene pública. Seus elementos foram ditos "miasmas": "emanações" que contaminavam a cidade, assim como se imaginava que outros "miasmas" contaminassem os porto-alegrenses com tuberculose e peste. Por fim, a proposta:

*"Enfim, estes becos constituem veias envenenadas, que não podem figurar por mais tempo no sistema orgânico de Porto Alegre. Faz-se mister uma intervenção oficial. Que esta proceda à amputação, que seria o nosso mais reservado desejo, ou então, ao menos, a uma breve, porém eficaz intervenção, tendente a evitar este espetáculo repugnante e ruidoso, não importa."*⁶¹

O desejo íntimo do jornal era uma intervenção cirúrgica que curasse o organismo combalido da sociedade porto-alegrense. O "órgão vicioso", as "graves aberrações" deviam ser destruídas. Transparece a virtualidade do recurso à violência generalizada contra todos aqueles que ameaçavam a saúde do organismo social. Contudo, novas ameaças emergiam no horizonte e na conjuntura da Revolução Russa novas alternativas seriam propostas pelos redatores e colaboradores d'O Independente.

⁵⁹ Id..

⁶⁰ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Zahar, Rio de Janeiro, 1978. p. 181.

⁶¹ O Independente, 2/10/1910.

Alternativa final: "escravidão voluntária".

*"O povo exercer o seu poder!... Este povo que se levanta em revolução, que vai para a rua a se trucidar, matando, poder governar, editar Leis? Que leis formará? O governo do povo pelo povo é um anelo santo e puro, mas nunca poderá ser real."*⁶²

Na conjuntura marcada pela presença da Revolução, a ideologia expressa nas páginas d'O Independente explicitou seu caráter autoritário e antidemocrático. Na base deste pensamento estava um profundo preconceito em relação ao povo, e também uma profunda desconfiança do ser humano: "O humano ser é dotado de uma ponta de vaidade torpe. Só se uma radical transformação se operasse, verdadeira e legítima. Mas qual! Desde Caim que matou Abel a inveja predomina o ser para sempre, intérmina (sic)."⁶³

O alarmismo, os delírios de destruição e decadência expressos no jornal não destoavam das matérias do seu correspondente em Paris. Da capital francesa, A. Vinardell-Roig alimentava e confirmava o pessimismo trágico d'O Independente. Para ele, o "movimento bolchewikista" (sic) era uma "verdadeira epidemia" e, a menos que se afirmasse uma verdadeira e poderosa ação contrária, seria tarde demais.⁶⁴

Na mesma época, a sombra assustadora da nova ameaça também provocou algumas alterações nas matérias do jornal. Em "Maximalismo", por exemplo, este foi definido como sendo a luta do povo contra a ganância dos argentários.⁶⁵ Na seqüência do mesmo artigo, o próprio governo foi apresentado como co-responsável. "Se houvesse mais zelo para com o povo, que é o operário, o patrão, o pobre, o rico, o bacharel e o funcionário, enfim todos nós, o maximalismo não apareceria."⁶⁶

⁶² O Independente, 15/5/1919.

⁶³ Id..

⁶⁴ O Independente, 8/5/1919.

⁶⁵ O Independente, 24/1/1919.

⁶⁶ Id..

A “ameaça rubra” podia tornar positiva e, ao mesmo tempo, ampliar a noção de povo para toda a coletividade, ignorando as diferenças sociais.

Em “Novas Idéias”, “Camillo Desmoulin” foi um pouco mais longe.⁶⁷ Depois de classificar as idéias praticadas na Rússia como absurdas e afirmar que elas morreriam com a “queda estrondosa da anarquia”, o articulista atacou o preconceito contra as “classes menos favorecidas” utilizando-se, segundo ele mesmo, de teorias que ainda não haviam chegado ao Brasil.⁶⁸ As novas teorias prescreviam a valorização do trabalhador e a defesa deste através da ação do Estado. “Os governos, **naturais diretores da comunhão**, precisam providenciar com leis de garantia as classes pobres, de modo que os grandes não as procurem explorar.”⁶⁹

O Estado continuava sendo o instrumento privilegiado de intervenção na realidade - afinal os governos eram os “naturais diretores da comunhão”-, mas uma nova realidade provocava a revisão de outras concepções em nome da manutenção da tranqüilidade social. As “classes mediana e pobre” puderam, então, ser vistas com outros olhos. “São estas que são exploradas, são estas que concorrem para as grandes riquezas.”⁷⁰

A temática das reformas sociais ocupou espaço nas páginas d’O Independente combinando-se com as condenações à agitação operária, às greves, desclassificadas como movimentos promovidos por anarquistas estrangeiros, manipuladores do ignorante operário brasileiro.

Em meio a esta efervescência de acontecimentos, de idéias, O Independente voltou a preocupar-se com a “trilogia pestilencial que corrói os grandes centros”: jogo, prostituição e vagabundagem. Em “Campanha moralizadora” elogiou a ação promovida pelo intendente contra as “espeluncas”, verdadeiros “focos de prostituição”.⁷¹

⁶⁷ O Independente, 18/7/1919.

⁶⁸ Id..

⁶⁹ Id..

⁷⁰ Id..

⁷¹ O Independente, 22/1/1919.

A reflexão a respeito da “trilogia pestilencial” não ficou imune aos novos tempos. Afinal: “as sociedades modernas, trabalhadas pelas lutas de classe, ver-se-ão no contingente de criar novas normas de vida asseguradoras da sua existência e tendentes a manter o equilíbrio social.”⁷²

A frase acima é de Leopoldo Bettiol, e fez parte da sua conferência a respeito do livro “Questões Sociais - Modernas concepções de Sociologia”, que então publicara. Nesta obra, de acordo com o artigo, autor defendia trabalho obrigatório como um dos elementos garantidores do equilíbrio social. Para justificar sua proposição lançou mão da “Filosofia da Natureza” pois o “trabalho é, ou não é, uma lei resultante da **condição natural** da vida em sociedade, ou mesmo fora dela?”⁷³ A subjetiva idéia de natureza de Bettiol era a garantia da objetividade de suas propostas. O homem que fugia à “Lei do Trabalho” contrariava e iludia a natureza, desatendia aos princípios da “Razão” e da “Consciência”.⁷⁴

O agente da execução das medidas imaginadas por Bettiol seria certamente o Estado. Alguns meses antes, a observação de um menor preso “de cor preta, maltrapilho, regulando de 12 a 13 anos de idade”, levava-o a escrever um artigo onde afirmava caber ao Estado proporcionar os meios para o cidadão atingir o seu fim, assim como cabia ao povo cooperar com o Estado para que tal fim fosse uma realidade.⁷⁵ Sugeria a instituição de um imposto sobre o analfabetismo, do ensino obrigatório e de uma Colônia Correcional. Às objeções dos liberais respondia: “**Ainda não ficou claro, se um povo é tanto mais feliz quanto maior é a sua soma de liberdades, ou se é tanto mais feliz quanto mais instruído e no gozo de maior soma de bem estar.**”⁷⁶

⁷² O Independente, 19/3/1919.

⁷³ Id..

⁷⁴ Id..

⁷⁵ O Independente, 31/1/1919.

⁷⁶ Id..

A reflexão sobre o problema social estava ligada indissolúvelmente aos acontecimentos do mundo e o caminho vislumbrado pelos intelectuais d'O Independente era um só. Para obter a tranqüilidade era preciso resolver o problema social e isto exigia a alienação dos direitos do cidadão em favor do único agente capaz de uma ação conseqüente, o Estado.

*"Preferimos um regime de escravidão, voluntária e abençoada, na qual a criança material e moralmente abandonada encontre amparo; onde o analfabeto encontre o ensino; onde o maltrapilho das ruas encontre os meios de fazer a aprendizagem de uma profissão qualquer, a começar a de trabalhar a terra, acostumando-se a estimulá-la como a fonte produtora de todo o bem que desfrutamos."*⁷⁷

Na visão de Bettiol, autor das palavras acima, a sociedade estava destinada a mudar e não bastavam mais as medidas paliativas aplicadas até então à **"podridão social"**.⁷⁸ A **"podridão social"** que anteriormente ameaçava a sociedade com roubos, assaltos, com a transmissão de doenças, com a degradação moral, agora carregava consigo a ameaça da Revolução: "Os homens que hoje atiram-se à aventura da sedição das ruas dirigidos pelos seus agitadores, são os analfabetos e desamparados de ontem. São aqueles para os quais não houve por descara dos governos um Instituto de Assistência, uma Escola Obrigatória."⁷⁹

A ameaça adquirira outro caráter e para eliminá-la deveriam ser usados todos os meios possíveis incluindo os extremos, caso fosse necessário. Desta vez era preciso ir **"do termocautério do ferro em brasa até a amputação. O povo - a massa social - quer hoje trocar a morfina dos sociólogos pelo serrote dos legisladores (...) aliena de bom grado grande soma dos seus direitos."**⁸⁰

⁷⁷ O Independente, 14/3/1919.

⁷⁸ O Independente, 12/2/1919.

⁷⁹ Id..

⁸⁰ Id..

⁸¹ Id..

Na conjuntura conturbada da segunda década deste século, a solução do problema social não podia descartar o recurso a medidas extremadas. O que seria exatamente a **"amputação"** sugerida por Bettiol? Fosse o que fosse, constitui uma metáfora que poderia tornar lógica uma ação regrada cuja meta seria a destruição do "órgão vicioso". Persistia a virtualidade do recurso à violência para a solução do problema social da nação brasileira.

Educação, repressão, **"amputação"**. As alternativas apresentadas ao longo da história do jornal para o saneamento da sociedade adquiriam outro sentido nas proximidades da conjuntura de recriação institucional. A solução definitiva envolvia então, a criação de um Estado forte, autoritário, que, em troca da alienação dos direitos do cidadão, garantisse a ordem e a tranqüilidade. O autoritarismo dos intelectuais d'O Independente confluía para a mesma solução imaginada por alguns dos "críticos autoritários". Afinal, naqueles dias **"era perigoso dormir a sesta."**⁸¹